



## Bastonário da OTOC critica benefícios para "interesses financeiros"

Em causa estão alterações do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis.

O bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) critica o que diz serem os benefícios dados a interesses financeiros no âmbito do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) previsto na proposta de Orçamento para 2015.

"Há aqui, literalmente, medidas específicas para beneficiar os grandes interesses financeiros", disse à Lusa o bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), Domingues Azevedo.

Em causa estão as alterações aos artigos 8.º e 10.º do código do IMT onde se prevê um alargamento da isenção dada à aquisição de imóveis por instituições de crédito em processo de execução movido por essas instituições ou por outro credor, bem como as efetuadas em processo de falência ou de insolvência,

desde que se destinem à realização de créditos resultantes de empréstimos feitos ou de fianças prestadas.

A legislação atual prevê que estas aquisições estejam isentas de pagamento de IMT desde que o valor do imóvel não ultrapasse os 92.407 euros, mas segundo a proposta de Orçamento entregue na quarta-feira pelo Governo no parlamento, esse limite passa para os 300 mil euros.

Até aqui, um imóvel avaliado em 100 mil euros e entregue ao banco por incumprimento no pagamento do crédito, passava a ser propriedade da instituição que tinha de pagar ao Estado o IMT correspondente à diferença do valor do imóvel e os 92.407 euros, ou seja, 7.593 euros. A partir do próximo ano, há um alargamento deste teto, explica o bastonário.